



FINANCIAMENTO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS AO SETOR EDUCATIVO GUINEENSE: O CASO DO BANCO MUNDIAL (2002-2022).

Ianice Malak¹

Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre²

RESUMO

O presente estudo se propõe a investigar o processo educativo da Guiné-Bissau, suas potencialidades, fragilidades e desafios, observando especificamente os financiamentos do Banco Mundial (BM) para este setor, objetivando compreender em que moldes o Estado guineense e a instituição financeira acima mencionada firmam os acordos de financiamentos à educação. Ademais, está em causa verificar como os recursos recebidos são aplicados ao setor que se predestina no acordo e, ainda, estudar o mecanismo de acompanhamento adotado pelo Banco Mundial quanto à execução das ações e os resultados das mesmas. Para tanto, adotar-se-á a abordagem qualitativa, a qual se baseará num primeiro momento em levantamentos bibliográficos (artigos, dissertações, livros e monografias) que se relacionam a nossa temática e, posteriormente, na análise de documentos oficiais dos acordos firmados entre as duas partes em análise. A partir disso, objetiva-se refletir sobre a atuação do Banco Mundial na Guiné-Bissau, em particular as suas ações voltadas à educação no país.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; educação; Banco Mundial; FMI.

UNILAB, CAMPUS DOS MALES, Discente, malakianice@gmail.com¹

UNILAB, CAMPUS DOS MALES, Docente, sabrinabalsalobre@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O setor educativo ocupa um lugar central nas políticas de qualquer estado que mira o desenvolvimento, dada sua relevância para a organização social do país. Com isso, os governos têm grandes responsabilidades em criar políticas e programas eficientes, mobilizar recursos necessários e aplicar tais recursos na educação dos seus cidadãos. Na Guiné-Bissau, a importância da educação foi compreendida desde os primórdios da construção da nação guineense, conforme se percebe na abordagem do Caetano (2021), a qual enfatizou que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), logo no seu Primeiro Congresso (Congresso de Cassacá), apostou na promoção da educação como forma de atingir os objetivos que nortearam a luta de libertação nacional, assente na expulsão dos colonos portugueses das terras guineenses mas, também, em um árduo desafio de reconstruir a essência social e cultural do povo africano (Djaló, 2020).

METODOLOGIA

Compreendendo os objetivos que norteiam o desenvolvimento de projeto de pesquisa, adotar-se-á uma abordagem qualitativa, a qual consistirá na revisão bibliográfica de alguns materiais como artigos, monografias, dissertações, teses e livros, cujas temáticas se aproximam da nossa proposta, servindo, de igual modo, como fontes secundárias para extração de alguns dados que possam nos ajudar a entender de maneira objetiva a situação do ensino na Guiné-Bissau.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordagem Conceitual e Histórica sobre a Educação na Guiné Bissau

Entende-se a educação como um fenômeno político e de aprendizagem capaz de moldar o comportamento humano, mas, também é um processo emancipatório do indivíduo, visando à transformação de um estágio reflexivo para outro, desenvolvendo a capacidade de crítica dos fenômenos em que se insere (TAVARES, 2009; OLIVEIRA, 2016). Embora julga-se relevante as premissas de Oliveira, o conceito da educação não se resume somente ao processo emancipatório da pessoa humana, pois isso reduziria a educação como mero instrumento da evolução do indivíduo, ignorando o seu caráter político-social em que se configura num verdadeiro instrumento de alienação tanto coletiva como individual.

(...) um processo de influência sobre as pessoas que conduz a sua transformação e as capacita para interagir com o meio. A educação é a ação que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e eficaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos adquiridos, significando-os em vínculo direto com seu cotidiano (Caleja, 2008, p. 2).

No continente africano a educação serviu como principal arma de manipulação e de controle por parte dos colonizadores, revestido de argumentos camuflados que escondia o seu verdadeiro interesse por detrás do projeto dos colonos europeus. Conforme Tavares (2009), na África, o regime colonial buscava por meio da educação proporcionada aos colonizados, a propagação de uma ideia que recusava civilização aos africanos, através da abnegação e desqualificação da cultura do povo desse continente, oferecendo como alternativa a cultura e civilização europeia.

Djaló (2020, p.22) postula que, para justificar a presença no continente africano, as potências colonizadoras "tinham que procurar um mecanismo de alienação das populações" nas regiões ocupadas, porquanto tratava-se do jeito mais eficaz de manipular esses povos para conseguirem os seus objetivos que consistia na exploração e expropriação das riquezas ali presentes. O autor, nesse sentido, argumenta:

Para consolidar o seu comando sobre cada uma das colônias, o colonialismo português não só usou da sua força policial e militar, mas também usou os serviços da educação como meio de dominação dos nativos e, sobretudo, para a sua aculturação e consequente desenraizamento em relação às suas culturas seculares (Djaló, 2020, p. 22).

A invasão dos portugueses à Guiné-Bissau mexeu com todas as estruturas sociais do país, criou e introduziu instituições escolares com base nos modelos portugueses, as quais eram instituições à parte e fechadas, que estavam absolutamente vinculadas às necessidades dos colonizadores (Seide, 2019). Além disso, o modelo ora citado se caracterizava essencialmente pela sua natureza urbana e elitista, que não só servia como meio de classificação social, como também cumpria primordialmente os interesses coloniais de assegurar a mínima formação aos nativos, ou seja, o nível de instrução escolar oferecido aos nativos não ia além do quarto ano de escolaridade, servindo essencialmente à manutenção da máquina colonial instalada no país.

Percebendo as vicissitudes acima citadas, o modelo educacional proposto pelo PAIGC, entre outros objetivos, visava criar ruptura entre epistemologias racista, classista e excludente, do homem branco na Guiné. Desse modo, o objetivo era o de criar uma nova postura educativa, a ser elaborada sob princípios ideológicos do partido, configurando-se como instrumento emancipatório e do resgate da essência humana, apoiado pela exigência pan-africana de reafirmação do povo do continente (Sané, 2018).

5.2 Organismos Internacionais e os seus financiamentos ao setor Educativo Guineense: o caso de Banco Mundial



A Guiné-Bissau é um país que depende muito de apoio externo como forma de responder às demandas dos seus diversos setores. Assim sendo, vários organismos econômicos internacionais têm virado as suas atenções financeiras a este país, na base das cooperações que ambas as partes possuem. O Banco Mundial e FMI – os grandes agenciadores econômicos – foram criados após a segunda guerra mundial com intuito de dar suporte aos países em via do desenvolvimento, principalmente os países europeus.

Djaló (2009) ressalta que, à medida que os países europeus se estabeleceram e os do Sul foram sendo descolonizados, o objetivo era a superação dos fatores de empobrecimento. Com essa finalidade, o BM passou a orientar seus empréstimos para os países ditos de “terceiro mundo”, ou melhor, os primeiros investimentos eram para esses países que estavam no caminho para o desenvolvimento. Assim comenta o autor:

A partir dos anos 50 que o Banco Mundial foi adquirindo o perfil de um banco voltado para o financiamento dos países em desenvolvimento, tal como é hoje. Até 1956, 65% das operações do Banco Mundo concentraram-se nos países europeus. Desde então a participação dos “países em desenvolvimento” elevou-se progressivamente de 1956, os recursos do Banco Mundo voltaram-se, principalmente para o financiamento da infraestrutura necessária para alavancar o processo de industrialização a que se lançavam diversos países do Sul (Djaló, 2009, p.91).

Todavia, em 1980, o BM procurou uma nova via de investimento para os países da África, por causa da crise de débitos que os países europeus não tinham por intermédio de ajustes criado pelo BM. Proporcionalmente, os países da África subsaariana, sobretudo, a Guiné-Bissau, foram de algumas formas contemplados, com concessão do “Programa de Ajustamento Estrutural” formado pelo BM e FMI. Foi neste exato momento que se iniciou a relação entre o BM e a Guiné-Bissau. A presença do Banco Mundial na Guiné-Bissau data de 1985 quando o país aderiu formalmente a este organismo e ao FMI. Por isso, desde 1986 o Banco Mundial tem procurado “ajudar ativamente” os esforços do governo na recuperação econômica destruída pela colonização (Djaló, 2009, p. 93).

De acordo com Mendes (2019), os financiamentos do BM eram para que o país investisse na melhoria da condição de vida para a população, na construção de infraestruturas e no seu desenvolvimento. Para tal, era necessário o investimento na área da educação para a construção de mais escolas e lugares precários, haja vista que era de grande importância o investimento no setor do ensino como uma ferramenta fundamental para a redução da pobreza. O BM considera a educação como fator principal e estratégico da redução da pobreza global, diante disso, é de extrema importância investir em países de “terceiro mundo” a acelerar o processo de desenvolvimento através de investimento na educação básica. O FMI junto ao BM tiveram uma participação nessa ação de reestruturação do país, principalmente na área de educação. Existem vários projetos e programas financiados por estas duas entidades e parceiros internacionais.

Na perspectiva de Toussaint (2020), pode-se compreender que a intenção dessa agência financeira internacional, com a sua política neoliberal, não é apenas financiar os Países em via de desenvolvimento, principalmente, os Países africanos, mas também, tirar proveito dos mesmos. Quer isto dizer que quando o Banco Mundial financia um País espera algo em contrapartida. Além disso, é importante frisar que, essa agência possui uma política ditatorial, pois empresta o dinheiro ao país e participa, ao mesmo tempo, na sua gestão. No final, pede relatório de conta. Isso acaba de uma certa forma impossibilitando a implementação de políticas públicas de longo prazo. No setor educativo guineense, tem sido notável a presença significativa dessa organização financeira. Sua interferência gera alguns condicionantes na elaboração dos materiais didáticos que se alienam à realidade sociocultural guineense.

CONCLUSÕES

No setor educativo guineense, tem sido notável a presença significativa dessa organização financeira. Sua interferência gera alguns condicionantes na elaboração dos materiais didáticos que se alienam à realidade sociocultural guineense. Portanto, O estado da Guiné Bissau, precisa ter controle da sua própria educação, isto é, elaborar materiais didáticos que levam em consideração a realidade do país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Sabrina pela parceria na realização desse trabalho, pois é um trabalho de muita utilidade para a Guiné Bissau, porque vai servir de consulta e como também de entender melhor esses organismos internacionais com o seu sistema neoliberal que afeta a Guiné Bissau e outros países em via de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é a educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
DLALÓ, Sumaila. Ideologias Educativas na Guiné(-Bissau) – 1954-1986. Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129615/2/425646.pdf>. Acesso em: 23/06/2022.
MENDES, Leonel Vicente. (Des) Caminhos do Sistema de Ensino Guineense: avanços, recuos e



perspectivas. Curitiba, BR. Ed. CRV. 2019.

SEIDE, Braima. Percursos do Sistema Educativo na Guiné-Bissau. São Francisco do Conde, 2019. Disponível em:
https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1655/3/2019_arti_braimaseidi.pdf.
Acesso em: 13/9/2022.

TAVARES, Fernando Jorge. Os Limiares Críticos da Educação na África Lusófona. In: II congresso Internacional de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa, 2011, São Paulo. Pessoa Sociedade e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2009.